



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e dezenove, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; Secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Primeira (1ª) Sessão Extraordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos do Edital de Convocação nº 1 (um), de 2019, de Sessão Extraordinária. Às 20h47, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores, pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto, no Parágrafo Único do Artigo 106, da já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citada Resolução, convidou o Vereador Tiago César Costa, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 19, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre prorrogação de prazo estabelecido, na Lei Municipal nº 6.053, de 4 de dezembro de 2018, e dando outras providências”. Parecer conjunto das comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 19/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICAÇÃO PESSOAL”**, conforme § 2º, do Artigo 117, do Regimento Interno vigente, e facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele registrou que, na próxima quarta-feira, seria apresentado, em esfera federal, o novo plano, para reforma da previdência brasileira, um assunto sério, que iria atingir todos os brasileiros; que o orador esperava e torcia, para que o Presidente Jair Bolsonaro não mexesse, com os professores, nem os utilizasse, como bode expiatório; que a profissão de professor era sublime, pois formava todas as outras profissões, e muitas homenagens haviam, para saudar a classe dos professores, todavia, verdade era, que os professores estavam arriscados a perderem sua aposentadoria especial de professor, e todos deveriam parar e pensar, em quanto ganhava um professor, no Brasil, e quanto ganhava o professor do Estado mais rico da União, São Paulo, logo, era muito bonito falar do papel do professor, mas havia “fumaça no ar”, de que os professores também estariam inseridos, no pacote da reforma da previdência, então, ele sugeria, aos professores, que “ligassem a luz de alerta”, porque a reforma era necessária, ele disse sabia, mas dever-se-ia ter cautela e responsabilidade, para aprová-la, e, há pouco



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tempo, deputados tinham procurado os vereadores, para que os apoiassem, nas últimas eleições, portanto, agora era a hora de fazer o inverso e os vereadores procurarem seus deputados, e que, ao lado do Vereador Cristiano Gaioto, ele faria moção, para a qual pedia o apoio de todos, a fim de pressionar os deputados federais e, aliás, todas as câmaras municipais do país deveriam se mobilizar, na mesma intenção, de atentar às mudanças inseridas, na nova proposta de reforma da previdência, proposta esta, que iria influenciar a vida de todos os brasileiros. Lembrou ainda, que o “infeliz do presidente da Câmara dos Deputados” tinha dito, que as pessoas poderiam trabalhar, até os oitenta anos, porém, o vereador não imaginava como, psicologicamente, um professor poderia suportar trabalhar, até os oitenta anos, numa sala de aulas, e que, o Congresso Nacional deveria ter bom senso, porque a velha política horrorosa, do toma-lá-dá-cá, não poderia mais existir. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele cumprimentou o senhor Anderson, presente, nas galerias. Depois, sublinhou o emplacamento, na última sexta-feira, dos dois ônibus adquiridos, para a Secretaria de Educação, resultado de uma luta do Vereador André e dele, orador, empreendida, junto ao Deputado Alexandre Leite, e à assessoria do Deputado Rodrigo Garcia, que era ligado ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através do PAR – Plano de Ações Articuladas, bem como, através da grande contribuição dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação, os quais tinham feito todo o trabalho. Ele agradeceu, ao Deputado Alexandre Leite, e comunicou, que, cada ônibus tinha custado quinhentos mil reais, que seria muito importante, ao município, possuir esses ônibus, porque uma única linha terceirizada ficava ao custo de doze mil reais/mês, passando de cem mil reais/ano; que ele era favorável à municipalização do transporte escolar; que ele se lembrava, de quando a Secretaria de Educação tinha assumido as linhas rurais do transporte de alunos, cerca de dezoito linhas, mesmo a secretaria tendo poucos funcionários; que o deputado, no fechamento do ano, de 2018, tinha conseguido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

introduzir o pedido de outro ônibus, no PAR, e o orador acreditava que, no final, de 2019, um outro ônibus zero km chegaria, para Mogi Mirim, para transporte rural, para cinquenta e duas crianças, com assentos menores, três, em três, e rodas especiais, para zona rural, que, agora, somavam-se três ônibus e mais o outro, que viria, no final do ano, logo, Mogi Mirim teria quatro veículos novos, para o transporte de seus alunos, e que, ele desejava frisar seu agradecimento, ao Deputado Federal Alexandre Leite, à assessoria do Deputado Rodrigo Garcia, que tinha feito a articulação, junto ao FNDE, ao Chefe de Gabinete do Prefeito, Guto Urbini, aos técnicos da Secretaria de Educação e aos motoristas da secretaria, estes aptos a transportarem, com segurança, as crianças, e os ônibus eram, hoje, uma realidade, para Mogi Mirim. Por fim, disse que, em breve, ele e a correligionária, Vereadora Sônia Rodrigues, teriam mais novidades, para a cidade. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele sublinhou a aprovação unânime do Projeto de Lei nº 19/2019, através do qual a Casa autorizara o prefeito a prorrogar o pagamento do IPTU e do PI – Pagamento Incentivado, para 29 de março de 2019, data derradeira, para pagamento da primeira parcela do carnê, e, à vista, com 15%, para os que não possuíssem débitos, até 31 de dezembro de 2018, que, no dia 20 de março, venceria a segunda parcela, portanto, pedia atenção do público, para o pagamento de duas parcelas, cujos vencimentos eram muito próximos, e que, ele sugeria, ao público, não deixasse as parcelas se acumularem. Depois, aclarou, que os apontamentos, que os vereadores faziam, em tribuna, para providências acerca dos muitos assuntos da cidade, não deveriam ser encarados de forma pessoal, pelos secretários municipais, porque os vereadores estavam, na Casa, justamente, para mostrarem aquilo, que era bom, e aquilo que era ruim, na cidade; que ele era um lutador, para que a cidade realizasse um trabalho social, que lhe faltava, com as pessoas, em situação de rua, e ele tinha ido à missa, na Igreja de São Benedito, e se deparara, com uma pessoa, em situação de rua, que estava grávida, portanto, ele desejava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

saber da Secretaria de Assistência Social, informando-lhe, se essa pessoa receberia assistência, pela pasta, numa tentativa de diminuir o descuido, que a cidade demonstrava, para com as pessoas, em situação de rua. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que ocupasse a direção dos trabalhos, pois não se sentia bem. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi, o qual desistiu da palavra. A palavra foi facultada, ato contínuo, ao Vereador Luís Roberto Tavares. Ele falou sobre o problema das capivaras, no Complexo Lavapés. Narrou, que uma capivara tinha morrido, no Complexo Lavapés, durante o final de semana, e ele tinha sido bastante cobrado acerca do assunto; que ele desejava informar à Frente Parlamentar de Defesa e Proteção dos Animais, da Câmara, sob a presidência da Vereadora Sônia, e aos demais vereadores, que ele tinha conversado a respeito da morte da capivara, com o Secretário de Meio Ambiente, Ivair Biazotto, solicitando-lhe providências a respeito da carcaça e que ele realizasse autópsia, para que todos pudessem saber, qual a causa mortis e o secretário assim faria; que, em breve, saber-se-ia o resultado da causa mortis e ele convidava os vereadores, membros da Frente Parlamentar de Defesa e Proteção dos Animais, da Câmara, e aos que se interessassem, para que ficassem cientes, de que seria realizada uma reunião, com Ivair, sobre a presença das capivaras, no complexo Lavapés, haja vista a existência de leis federais e estaduais, as quais rezavam sobre o assunto, que era bastante complexo, todavia, dever-se-ia buscar suporte, nas leis, a fim de que a prefeitura pudesse dar alguma solução às capivaras, do Complexo Lavapés, animais silvestres inocentes, que ganhavam muito espaço urbano e transmitiam a Febre Maculosa. Citou ainda, que o Vereador Alexandre Cintra tinha feito requerimento sobre o assunto. Depois, comentou sobre o Requerimento nº 95/2019, que encaminhava abaixo-assinado dos moradores e frequentadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Igreja de Santo Antônio, localizada, no Bairro Guaçu-Mirim, os quais solicitavam a pavimentação, no final da Rua Antônio Pio Brito. Relativo à creche Alfredo Bérghamo – CAIC ele confirmou, que chovia, dentro das salas de aula; que, ao contrário, do que falara o Vereador André, não se tinha grande verba, para resolver os problemas do CAIC, prédio este, que era todo de concreto pré-moldado, uma edificação barata à época, mas que não dera certo, pois bichos se alojavam, nas estruturas – escorpiões, pombos, morcegos, portanto, talvez fosse mais fácil edificar um prédio novo, do que recuperar partes, desse sistema de construção. Por fim, deu as boas-vindas ao Vereador Laércio Rocha Pires. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos. Iniciou, agradecendo ao cidadão Weberty Alves da Silva, administrador da página Dedo Duro, para o Bem de Mogi Mirim, porque ele lhe tinha fornecido um exemplar do Jornal Oficial de Mogi Mirim, semanário, que o vereador já tinha visto ser utilizado, como tapete, nos carros. Convidou populares à participação, na audiência pública, para prestação de contas da Secretaria de Saúde, referente ao terceiro quadrimestre, de 2018, a realizar-se, na próxima quarta-feira, na Câmara Municipal. Depois, sugeriu ao Vereador Geraldo Bertanha, que era o primeiro vice-presidente da Mesa, que tomasse cuidado, com a lâmpada, que estava quebrada, ao meio, acima de sua cabeça, e salientou, que estava muito triste, em saber acerca do andamento da reforma da Câmara Municipal, pois ele duvidava, que a edilidade retornasse, ao antigo prédio, em até dois meses, como fora dito, porque as instalações estavam cruas, as obras cruas, ele estava preocupado, mas torcia, para que, em dois, ou três meses, a edilidade retornasse à antiga Casa, e, quando o Vereador Cinoê falava do gabinete do prefeito, sob aluguel de dezoito mil reais/mês, ele lembrava a todos, do aluguel do Palácio de Cristal, anexo da Câmara, ao custo de trinta mil reais/mês. Disse, que esse dinheiro poderia ser melhor aproveitado; que ele sabia a Mesa Diretiva anterior não tinha culpa, pelo aluguel, mas a reforma estava fria e, pelo andar da carruagem,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a Vereadora Maria Helena não teria o gosto de se sentar, no novo gabinete, porque a reforma não se concluiria, brevemente, haja vista que, a cada mês que se passava, mais trinta mil reais eram jogados, no lixo, para o munícipe pagar a conta. Sobre o Centro de Reabilitação Lucy Montoro, assunto trazido pelo Vereador Alexandre Cintra, comentou, que há sete anos, sua filha, que era pessoa com deficiência, participava do Centro Lucy Montoro; que munícipes de várias cidades vinham para o Lucy Montoro de Mogi Mirim, referência regional; que Mogi Mirim era privilegiada, por ter a entidade, onde também existiam práticas esportivas, tais como, basquete, e também, aulas de pintura, e sua filha estava progredindo muito, naquele lugar, estava, inclusive, mexendo uma das pernas; que médicos de outros países vinham observar a evolução de pacientes, que ele elogiava o centro Lucy Montoro “de boca cheia”, pois lá, existiam regras, pacientes não faziam o que bem desejavam, pacientes acatavam ordens da entidade, sendo todos os pacientes tratados, como iguais, sem privilegiar ninguém, e que, Deus abençoasse os profissionais do Centro de Reabilitação Lucy Montoro. Também fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela registrou uma visita, que fizera, com a Secretária de Educação, Flávia Rossi, na unidade da Rede Lucy Montoro, no Bairro Morumbi, em São Paulo, e disse, que era uma história, que merecia ser contada, principalmente, ao Vereador Alexandre. Narrou, que o então Governador José Serra tinha vindo a Mogi Mirim, para inaugurar o Centro Lucy Montoro; que, não obstante isso, ele tinha comprado um prédio, da colônia judaica, localizado, no Morumbi, local, onde famílias ricas utilizavam, como casa de lazer, para idosos, durante o dia, instalado, numa área imensa; que era emocionante dizer, o que acontecia lá, na casa do Morumbi, porque, no entorno do prédio existiam onze favelas e, justamente, por isso, o ex-governador José Serra tinha comprado o imóvel; que a unidade do Morumbi destinava-se ao setor neurológico, numa instalação de 1º mundo, e as mães carentes se emocionavam, ao verem seus filhos tão bem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cuidados; que, infelizmente, eram poucas as unidades Lucy Montoro, no Estado, e ela conhecia também, a unidade do Bairro da Lapa; que, na unidade de Mogi Mirim, eram cuidados os acidentados e pessoas, com próteses; que, algumas vezes, ela ficava até triste, porque muitos mogimirianos desconheciam, o que era realizado, no Centro Lucy Montoro de Mogi Mirim, mas lá, eram atendidos pacientes de vinte municípios e, às vezes, um único paciente necessitava de cinco profissionais, para lhe assistir, num trabalho minucioso; que o ex-governador José Serra trouxera também, a Vila Dignidade, para Mogi Mirim, que muitos achavam o ex-governador José Serra um bandido, um senhor ausente da vida pública, mas ele tinha muito apreço, pelo ser humano, pela pessoa humana, e que, esses programas interessantes tinham sido todos de iniciativa de José Serra e ela convidou os pares, para que conhecessem a unidade Lucy Montoro, do Bairro Morumbi. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele comentou sobre o Projeto de Lei nº 19/2019, recém-aprovado, e explicou, que o prazo havia sido prorrogado, de 20 dezembro de 2018, para 20 de fevereiro de 2019, e, agora, novamente, para beneficiar pessoas, com débitos, junto à prefeitura, dando-lhes oportunidade de pagar e ter desconto. E isto, realmente, tinha acontecido, houvera o desconto, aos que não detinham débitos, na Dívida Ativa, como já explicara o Vereador Geraldo, mas o orador tinha conversado, com o Chefe de Gabinete do Prefeito, Guto Urbini, que tinha lhe dito, faria novos estudos, talvez houvesse novo desconto, e ele iria inserir, na lei, a questão do desconto de 15%, para pagamento à vista, do IPTU 2019, também, para aqueles munícipes, que tinham se esquecido de pagar a última parcela, do IPTU 2018, no mês de dezembro; que, na mensagem do Projeto de Lei 19/2019, os devedores estavam impedidos do desconto do pagamento, à vista, o que não era a intenção da municipalidade, o objetivo da lei era estabelecer prazo único; que o orador tinha a informação, de que, quem pagasse agora, teria desconto de 15%, e tinha sido cogitado ainda, um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

número maior de parcelas, para pagamento, que ele faria requerimento sobre o assunto e que, ele tinha certeza, de que o contribuinte, em débito até 31 de dezembro, se aderisse, ao Refis, teria também, o desconto de 15%, para pagamento, à vista. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Relatou, que já estivera, na tribuna, certa data, e falara que, para que houvesse soluções, no Parque Laranjeiras, dever-se-iam existir pessoas comprometidas, com o bairro; que haveria um político, que iria resolver o Problema do Laranjeiras, mas a solução não viria somente de um político, dependia também, de sua equipe, e esta equipe vinha trabalhando, arduamente, no Projeto do Laranjeiras, fazendo a rede pluviométrica, galerias de esgotos e bueiros; que já existia, no bairro, uma rede de águas; que o projeto estava, praticamente, concluído, dependendo apenas de documentação, por parte da Caixa Econômica – CEF e, realmente, no governo municipal, em curso, os moradores do Parque das Laranjeiras veriam seu sonho realizado; que o Governo Carlos Nelson Bueno estava acontecendo, todavia, há quarenta anos o trabalho vinha sendo feito, por outras pessoas, um assunto, que era debatido, constantemente, na Casa, e, muitas vezes, aquele povo tinha sido utilizado, como massa de manobra, de políticos, os quais desejavam a reeleição, numa atitude covarde das gentes, que usavam as pessoas de pouco conhecimento legislativo e executivo, que ter o asfalto, no bairro, era direito dos moradores e não porque os marqueteiros políticos vinham, na Casa, fazer marketing político, em cima da situação do Parque das Laranjeiras, as pessoas do bairro já tinham sido humilhadas demais, e que, a atitude, agora, era consistente, atitude de realização, de reivindicação daquela população. Por fim, falou sobre a questão da reforma da previdência e afirmou, que poder-se-ia decretar um país falido, caso a reforma não ocorresse; que, agora, seria observada a primeira demonstração de honestidade de Jair Messias Bolsonaro, que a reforma tinha que chegar, no Congresso Nacional, com cortes de privilégios, não para os “coitados trabalhadores de fábrica”, não para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trabalhador rural, mas sim, para os magistrados e políticos. Como o próximo inscrito, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Relatou que, na semana passada, tinha visitado o setor de licitações, da Prefeitura, onde fora muito bem recebida, na busca de informações; que, em 25 fevereiro futuro, seria aberta licitação, para complementação de quatro trechos da extensão da rede de iluminação pública, em Mogi Mirim, a saber: próximo à Morecap Pneus, no final da Avenida Antônio Moreno Peres, e ao lado da Renovias, do outro lado, da avenida da rodoviária, dois trechos pequenos; extensão e troca de lâmpadas, no bairro Planalto Bela Vista, algo muito solicitado, na Casa, beneficiando as Ruas Vicente Pereira Lima, José Dela Leite, Dr. Antônio S. Cunha Bueno, Maria Albejante Simões Teixeira, Jerônimo Romanello e Alexandre Coelho Filho, bem como, haveria troca de lâmpadas, na Rua Caetano Schincariol; que, além da iluminação pública, ela contatara o Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, que lhe informara, que serviços estavam sendo feitos, nas ruas citadas, as quais eram de terra, e que, o secretário conseguira, junto a empresa Effén, fosse feita a caixa de contenção, junto à empresa, a fim de reduzir assim, a vazão de água pluvial, que tanto prejudicava o Planalto Bela Vista; que tal caixa estava quase concluída, que ela também fora informada, de que, após o término das obras no Planalto Bela Vista, as máquinas seguiriam, para o Parque das Laranjeiras, para atenuar a situação das ruas do bairro, enquanto o asfalto era aguardado, e que, a extensão de iluminação seria implantada também, no Parque das Laranjeiras, beneficiando a antiga Rua 15, atual Milton da Silveira Pedreira, um dos principais acessos ao bairro, bem como, na Rodovia Élzio Mariotoni, aumentando a segurança e gerando conforto à população, trecho muito utilizado, pelos alunos, no período noturno, e por todos os que buscavam o Parque das Laranjeiras. Finalizando, ela também mencionou denúncia de maus tratos a animal, que estivera cativo, no Parque das Laranjeiras. O próximo orador foi o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Tiago Costa. Ele se referiu ao discurso do Vereador Orivaldo Magalhães, sobre o Parque das Laranjeiras, e salientou, que tinham sido quase quarenta anos de blá blá blá, pois nada de concreto tinha acontecido, no bairro, em quatro décadas; que, graças a Deus, o MDB de Mogi Mirim tinha conseguido um bom contato, no Ministério das Cidades, quando da gestão do ex-presidente Michel Temer, e as portas do ministério tinham sido abertas, para Mogi Mirim; que os vereadores do MDB não estavam, para fazer estelionato eleitoral do trabalho de ninguém; que os vereadores do MDB tinham visitado o bairro e, para ajudar aquela população, tinham buscado o financiamento, o qual tinha dado certo, ele esperava, então, que cada centavo fosse investido, no bairro, e ele tinha intenção de fiscalizar o edital e as licitações relativas às obras de infraestrutura, a fim de que não existissem fraudes e nem contratação de empresas carimbadas, as quais faziam serviços “meia boca”, haja vista que o dinheiro tinha que ser bem distribuído e bem utilizado, sem qualquer direcionamento, para empresas fraudulentas, o dinheiro não poderia “escorrer, por terra”, que, dada a complexidade da obra, o edital estava demorando, um pouco, para ser feito, e talvez ficasse pronto, somente, no segundo semestre, e que, ele registrava a demora, haja vista que começar obras, em ano eleitoral, era algo complicado, logo, ele esperava, que as benfeitorias viessem ainda, em 2019. Depois, versou sobre a preservação da vida e citou matéria do jornal A Comarca, a qual relatava sobre um homem, que tinha dado entrada, na UPA, com pulmão perfurado e costelas quebradas, e tinha sido dispensado da unidade, sem maiores providências, sem o devido atendimento, tendo este mesmo homem vindo a óbito, pois tivera seu quadro clínico agravado. Frisou, que era esta a saúde de Mogi Mirim, uma saúde, que não atendia às necessidades da população mogimiriana; que não era possível permitir, que tais fatos ocorressem, na cidade, uma pessoa se dirigia até a unidade de pronto atendimento e perdia sua vida, dias depois, e ninguém sabia, tecnicamente, o que ocorrera, todavia, era-lhe óbvio, que o cidadão não tinha recebido os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

devidos cuidados; que era inaceitável, que postos de saúde de Mogi Mirim, os quais poderiam ter títulos, como detinha o Centro Lucy Montoro, fossem tão mal cuidados, como, por exemplo, a UBS, do Jardim Planalto; que dever-se-ia ter cuidado, para que vidas não fossem perdidas, haja vista que era inaceitável, que a saúde de Mogi Mirim estivesse, no caos, que se encontrava, dispensando pessoas, em más condições de saúde, quando todos sabiam, que o trajeto da UPA até a Santa Casa era perigoso, ele mesmo, já tinha mencionado isso, várias vezes, na Casa e, infelizmente, um óbito ocorrera, portanto, ele esperava providências, relativas à saúde, em Mogi Mirim, por parte do Prefeito Municipal, porque ele queria a saúde da rede, como era o modelo Lucy Montoro, uma saúde digna, com filas, que andavam, com suprimento de medicamentos, e com cirurgias, sendo feitas. Como o próximo orador, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador André Albejante Mazon. Ele registrou a chegada dos dois ônibus, que tinham vindo, para a Secretaria de Educação, uma conquista do Vereador Cristiano Gaioto e dele, orador, junto ao Deputado Federal Alexandre Leite e ao FNDE, e que, os ônibus estavam emplacados e visíveis, não era promessa, mas realidade. Versou também, acerca dos cinco milhões de reais, contidos, em caixa, na prefeitura, que o prefeito disse ter economizado, em 2018, e afirmou, que era fácil economizar, quando se sucateava a educação e se sucateava a saúde; que a saúde apresentava muitos problemas, além do caso do cidadão, que fora atendido, tivera costelas quebradas e pulmão perfurado, e fora dispensado, na UPA, mas também, vários pedidos de remédios controlados, os quais a prefeitura não estava fornecendo, portanto, deixando de fazer a sua obrigação, contida, em lei, e assim, era fácil economizar cinco milhões de reais; que a saúde estava caótica e as escolas sucateadas, mas o Líder de Governo vinha à tribuna, justamente, para criticar vereadores, os quais estavam trabalhando, pelo Parque das Laranjeiras, um verdadeiro populismo, e ainda, dizendo, que o asfalto era direito do morador, defendendo assim, o prefeito; que,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

realmente, o asfalto era um direito dos moradores do Parque das Laranjeiras, um direito, que o prefeito tinha negligenciado, durante os doze anos de mandato dele, na cidade; que as coisas estavam acontecendo, porque o MP tinha instituído uma multa de dez mil reais/dia, caso o prefeito nada fizesse, no parque das Laranjeiras; que somente depois da ação do MP, Carlos Nelson tinha começado a fazer algo, pelo Parque das Laranjeiras; que era bonito o Líder do Governo defender o prefeito, mas, verdade era, que o prefeito Carlos Nelson tinha negligenciado o bairro, nas suas gestões anteriores, e só tomara atitude, agora, depois da instituição da multa, pelo MP, que, realmente, era direito do morador ter o asfalto, todavia, a prefeitura deveria cessar com suas fake news e falar a verdade. Também fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Verbalizou, que gostaria de estar, na Casa, para apresentar algum requerimento, alguma indicação, ou alguma minuta de projeto, todavia, era necessário, que ele narrasse à população, o que lhe tinham feito, em 2016, quando pessoas tinham usado de mentiras. Falou, que ele sempre fora transparente, sempre trabalhara, em prol da população, com seu gabinete móvel, percorrendo os bairros, atendendo aos munícipes; que ele nunca tinha enganado a população, todavia, alopados e incompetentes, próximo à época das eleições, tinham inventado fraude, de sua aposentadoria, ainda, que ele tinha matado o irmão e nem seria candidato, naquela eleição; que isso fora tentativa clara, de queimar sua imagem; que ele não se chateara, ao perder a eleição passada, mas ficara triste, pela forma, como tais pessoas tinham procedido, eram os pilantras e alopados, que ficavam, no centro, da cidade, “queimando a imagem de quem trabalhava”; que todos tinham conhecimento, de que ele nunca se ausentara, dos bairros periféricos da cidade, sempre ajudara a população; que a população deveria ficar esperta, porque, no ano vindouro, haveria eleições e as mentiras iriam retornar, certamente; que ele estava falando de bandidos, verdadeiros bandidos; que ele tinha vencido, na Justiça, em primeira e em segunda instâncias, provando a todos, que o bandido não era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ele; que ele era inocente e correria risco, devido a ação dos bandidos, pessoas mal intencionadas, que ele fora líder comunitário, no Parque da Imprensa, e fizera aquilo, que os gestores não tinham feito, e a população sabia disso, porque ele sempre reivindicara melhorias, para o Parque da Imprensa, os edis, com maior tempo de vereança, sabiam de sua luta, e que, ele tinha sido enganado, por incompetentes e irresponsáveis, os quais apareciam, em épocas eleitorais, para enganar a população, mas não a ele, ele sempre dera a “cara a tapa”, não era de ficar fazendo média, nas mídias, haja vista que o asfaltamento do Parque da Imprensa tinha sido executado, sem qualquer centavo, de dinheiro público, fora feito com recursos próprios dos moradores, encabeçado, por ele, orador, enquanto que ex-prefeitos e seus secretários tinham feito de tudo, para atrapalhar o trabalho, no Parque da Imprensa, ingressado até, na Justiça, para impedir liberação e cadastros. Por fim, agradeceu a população e pediu desculpas, pelo discurso, mas ele tinha que falar a verdade, na tribuna, e iria continuar sua luta, em prol de Mogi Mirim. Nada mais a tratar, o Vice-Presidente, no exercício da presidência, Vereador Geraldo Vicente Bertanha, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 21h53, determinando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM